

BRESSER PRONTO PARA NEGOCIAR

O ministro já chamou o representante do País no FMI e vai retomar os contatos em breve

Gros sai defendendo a independência do Banco Central



Gros: despedida.

"Esperamos que o Brasil tenha um dia uma economia suficientemente estável e sólida para que o Banco Central possa se tornar independente".

O presidente da CNIF, Roberto Bornhausen, apesar de ter criticado o tabelamento do spread, afirmou não pretender apresentar essa posição a Milliet. "Vamos ver como é que fica a situação".

O presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Antônio Pádua Rocha Diniz, também criticou o tabelamento das taxas de intermediação dos bancos, "por ser um recurso muito modesto". Disse que o spread é o menor componente das taxas de juros e que estas diminuirão apenas quando a inflação cair. Como Bornhausen, disse que a Febraban também deixará a decisão sobre a revogação do tabelamento a cargo do novo presidente do Banco Central, "sem qualquer reivindicação".

Os dois líderes dos banqueiros fizeram os tradicionais elogios e felicitações a Milliet, mas Rocha Diniz disse que os bancos têm uma série de "contenciosos" com o Banco Central.



Milliet, Bresser e Gros: novos planos.

Um plano de ajuste, antes de ir ao Fundo.

O novo presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, ao tomar posse no cargo, ontem, em Brasília, em substituição a Francisco Gros, disse que a negociação com os bancos credores estrangeiros somente será reiniciada pelo Brasil depois que o Ministério da Fazenda concluir um plano econômico de curto prazo — "Plano Saldo 1987". E, ainda, após a elaboração de um projeto de conversão de parcelas da dívida em investimento de risco e a verificação de como estão operando as linhas de financiamento ao comércio exterior brasileiro.

Milliet adiantou que o programa de ajustamento embutirá metas de expansão menor do Produto Interno Bruto (PIB), ao contrário das pretensões do ex-ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, de perseguir um crescimento de 7% até 1991, com base na redução média de US\$ 4 bilhões anuais de remessas de recursos ao Exterior. O presidente do Banco Central assinalou que as remessas serão menores, pois a meta de crescimento também será reduzida pela metade. Milliet admitiu "conversar" com o FMI, sem que isso represente a submissão do País a um acordo.

Diretrizes

Fernando Milliet fez um discurso de posse, típico de um ministro da Fazenda — Bresser Pereira, embora presente, não discursou —, traçando diretrizes para a economia. Declarou-se favorável à manutenção de taxas de juros reais (acima da inflação), como forma de evitar o retorno do consumismo verificado no Plano Cruzado e a especulação com estoques, e a manutenção das minidesvalorizações diárias do cruzado em relação ao dólar para estimular as exportações. Eis os pontos principais do discurso:

1 - **Crescimento Econômico:** — "Não há saída fora de uma política realista de crescimento econômico. A própria distribuição de renda só é viável, na prática, se pudermos

ajustar a oferta a um novo perfil de demanda que reflita uma sociedade mais justa, e isto requer investimento e crescimento".

2 - **Recessão e Desemprego** — "Quando se fala em ajustamento de nossa economia, não se está falando necessariamente em recessão e desemprego. A isto a Nação poderá ser levada, sim, como já foi no passado, justamente se deixar promover, a tempo, os ajustamentos necessários, e permitir que se chegue a uma situação de impasse ou de estrangulamento".

3 - **Investimento/PIB** — "Para o crescimento e o processo de modernização de nossa economia necessitamos de políticas capazes de elevar a taxa de investimento público e privado a algo em torno de 18% a 21% do PIB, compatível com taxas de crescimento de 6% a 7% ao ano".

4 - **Taxas de Juros** "Precisamos de um sistema financeiro eficiente, que tenha baixos custos operacionais e que possa oferecer à nossa economia recursos a taxas reais positivas, mas as mais baixas possíveis, evitando a especulação com estoque e outros ativos, mas incentivando a atividade produtiva".

5 - **Sector Público** "Precisamos ainda equacionar o desequilíbrio financeiro do sector público — federal, estadual e municipal —, ampliando a sua capacidade de investir".

6 - **Dívida Externa** "Não é do interesse do País que o estoque da dívida aumente em proporções maiores que o crescimento da economia e de nossas exportações".

7 - **Superávit Comercial** "A geração dos excedentes comerciais capazes de produzir os recursos para o serviço da dívida há de se fazer com o crescimento de nosso comércio exterior de forma superavitária, e não meramente com uma forte contenção de nossas importações, pois esta seria uma solução insatisfatória no presente e inviabilizadora no futuro".

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, informou ontem, em Brasília, pouco depois de assistir à posse do novo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que o Brasil retomará, a curto prazo, os contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas que o fato está inserido normalmente no processo de renegociação da dívida, que segundo ele "nunca chegou a ser suspenso". Bresser Pereira determinou a vinda imediata ao Brasil do representante do País junto ao FMI, Alexandre Kafka, para transmitir-lhe a nova orientação sobre como deverá conduzir os interesses brasileiros junto à entidade. O ministro da Fazenda está disposto a adotar uma linha de franco entendimento com o FMI, com aprovação do presidente José Sarney.

O governo brasileiro, pelo que entende o ministro da Fazenda, deve manter um relacionamento maduro e sem qualquer preconceito com o FMI. Em princípio, o governo está disposto a conversar com os dirigentes e representantes do Fundo. Se isto poderá desembocar num relacionamento mais estreito ou numa negociação, vai depender, fundamentalmente, de o FMI acatar integralmente os pressupostos da política econômica do governo brasileiro. Entre estes pressupostos o destaque fica com a manutenção do crescimento econômico.

O Brasil, segundo o entendimento do ministro da Fazenda, é um país-membro do FMI e, como tal, mantém direitos e obrigações para com a instituição. Uma dessas obrigações, por exemplo, é a de fornecer dados sobre o comportamento da economia brasileira. Uma outra é a de receber aqui as missões técnicas enviadas pelo Fundo.

Racionalidade

Bresser Pereira disse que o

O Brasil perdeu financiamentos. E ficou mais endividado.

O Brasil não podia utilizar, em meados do ano passado, US\$ 5,4 bilhões de financiamentos contratados com a comunidade financeira internacional, relevam estatísticas do Banco de Compensações Internacionais (BIS), principal órgão supervisor de operações de empréstimos bancários mundiais, com sede em Basileia.

Funcionário do BIS explicou que esses recursos, contratados em anos anteriores, não têm sido liberados por causa de dificuldades entre os bancos e o País a partir da falta de entendimento com o FMI. "Trata-se de entraves normais", na interpretação do funcionário.

Na linguagem especializada do BIS, uma espécie de banco central do conjunto das nações industrializadas, as "facilidades de créditos externos não utilizados" pelo Brasil tiveram uma rápida evolução: no primeiro semestre de 1985 atingiam US\$ 4,4 bilhões, passaram para US\$ 4,5 bilhões no segundo semestre e enfim para US\$ 5,4 bilhões no primeiro semestre do ano passado. Dados do segundo semestre ainda não foram tornados oficiais, mas seguiram a tendência registrada anteriormente.

Os outros países da América Latina tiveram aumentado o montante de financiamento retido, exceto a Argentina (US\$ 1,9 bilhão em 85 e US\$ 1,4 bilhão no ano passado). A mais rápida progressão de financiamento "não utilizado" é a do México, US\$ 2,6 bilhões em 85 e US\$ 4,1 bilhões em 86.

Perfil da dívida

O BIS revela também o mais recente perfil da dívida externa brasileira, sem dúvida preocupante. A dívida de curto prazo aumentou progressivamente. As estatísticas do BIS mostram que a dívida com prazo de pagamento de até um ano passou a representar 32,2% do total em 1986 contra apenas 26,8% no ano anterior. A dívida de até dois anos representa 8,6% contra 8,2%, e a dívida de longo prazo representa 58,3% contra 54,3%.

Com a Argentina houve o inverso. As negociações acertadas com os bancos credores prolongaram as dívidas de longo prazo. Representavam 30,1% no começo de 85 e já correspondiam a 58,5% no ano passado. A dívida de até um ano, que era 57% do total, declinou

programa de ajustamento que está elaborando procurando mostrar com clareza aos credores que existe uma "racionalidade" na economia brasileira em termos macroeconômicos. Frisou que demonstrará aos credores que os 3% de crescimento para a economia em 1987 são compatíveis com as metas de superávit, redução do déficit público e controle da quantidade de moeda em circulação na economia, que serão relacionadas no plano. Bresser informou que estas metas serão fixadas mensais e trimestralmente.

O ministro destacou que o "limite fundamental" da negociação com os credores é que "o Brasil jamais aceitará uma política recessiva". Observou que esta posição é do presidente José Sarney e do PMDB e que dela não se afastará. Disse que o ajustamento da economia "em hipótese alguma" levará o País para a recessão.

Reafirmou que a moratória dos juros da dívida será mantida e que o Brasil sairá dela apenas quando os credores oferecerem novos recursos ou capitalizarem parte dos juros. "Não suspenderemos a moratória apenas para agradar nossos credores", afirmou.

Bresser disse que já conversou com o presidente Sarney sobre todos estes pontos. Amanhã, durante o primeiro despacho com o presidente depois de ter assumido, Bresser fará um relato sobre os estudos em torno do plano de ajustamento econômico de curto prazo e ouvirá do presidente, mais uma vez, a recomendação para a criação de uma nova política de abastecimento.

O ministro encerrou a entrevista informando que não tem, "absolutamente", nenhuma proposta pronta para reduzir a inflação. Bresser também não respondeu à última pergunta: Estaria programando um novo choque econômico?

Um acerto sem monitoramento?

Nem o Brasil nem qualquer outro país da América Latina deve aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) enquanto este insistir em impor soluções recessivas aos países endividados. Foi o que sugeriu o Comitê Executivo do Diálogo Interamericano, que se reuniu durante dois dias em Brasília a fim de propor alternativas para a questão da dívida no Continente. Para o presidente do grupo, Sol Linowitz — ex-presidente da Xerox Internacional —, o FMI está alterando sua política, mas é indispensável que o volume dos novos empréstimos colocados à disposição dos países membros seja maior que o montante das amortizações.

O Inter-American Dialogue é um projeto não-governamental composto de empresários, economistas, banqueiros e políticos de considerável reputação nas Américas, principalmente nos Estados

Unidos. No documento que divulgou ontem, advertiu que o Brasil cometeu graves erros no gerenciamento de sua economia e que é preciso corrigi-los. Lembrou no entanto que "a melhor política, por si só, não resolverá os problemas provocados pela evasão de 5% do PNB sob a forma de pagamento de juros".

Os membros do grupo afirmaram que "a evasão terá de ser reduzida rapidamente e invertida no futuro; e, simultaneamente, os países endividados precisarão de uma combinação de empréstimos novos. Segundo Linowitz, os bancos credores deverão permitir o recalculonamento das dívidas e até o adiamento do pagamento dos juros e até a conversão da dívida em participações acionárias multilaterais. E o documento sugere que os países ricos participem mais ativamente nas negociações internacionais da dívida.

Equipe definida. Mas ainda falta o secretário-geral.

O primeiro escalão de Bresser Pereira no Ministério da Fazenda já está definido, com exceção do secretário-geral, cargo para o qual estava ontem com sua cotação subindo um funcionário da Sepian, Antônio Augusto dos Reis Veloso, que é irmão do ex-ministro do Planejamento do governo Geisel, João Paulo dos Reis Veloso. Para a Receita Federal, Bresser indicou ontem um funcionário de carreira da própria Secretaria, Antônio Augusto de Mesquita, que é também presidente da Distribuidora de Valores Mobiliários de São Paulo (Di-esp), e anunciou que levará para a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap) o atual superintendente da Sunab, Aluísio Teixeira.

Outros nomes foram definidos ontem para integrar a equipe de

assessores do novo ministro. Um funcionário de carreira, namir Salek, ocupará a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), e para a Coordenadoria de Assuntos Internacionais irá o embaixador Rubens Barbosa. Aos escolhidos ontem somam-se os nomes de Yoshiaki Nakano, secretário Especial de Assuntos Econômicos e secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que também está respondendo interinamente pela Secretaria-Geral, e de Andrea Calabi, secretário do Tesouro, além de Júlio César Colombi, secretário de Controle das Empresas Estatais, e Fernando Dall'Acqua, assessor na área agrícola.

Aluísio Teixeira, o novo secretário de Abastecimento e Preços, é o terceiro integrante da equipe de

Funaro a permanecer com Bresser. Os outros dois são Andrea Calabi, da Secretaria do Tesouro, e Júlio César Colombi, da Secretaria de Controle das Empresas Estatais.

O controle de preços é um instrumento auxiliar de combate à inflação, para evitar o repasse ao consumidor de simples expectativas inflacionárias —, acredita Teixeira. O novo secretário da Seap é contrário aos acordos setoriais de preços, porque, na sua opinião, estimulam a cartelização e podem premiar a ineficiência. "O controle dos preços não pode inibir a concorrência, que é essencial ao sistema em que vivemos", afirma, explicando por que defende um controle por empresas, e não por setor.

Com 49 anos de idade e 25 de carreira diplomática, o embaixador Rubens Barbosa, que foi chefe

de gabinete do chanceler Olavo Setúbal, tem pretensões a ser secretário-geral do Itamaraty, cargo ocupado atualmente pelo embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, de uma linha política bem diferente da sua. O empenho em fazer do seu amigo pessoal Franco Montoro o novo chanceler brasileiro ainda não surtiu nenhum efeito concreto, mas, se isto vier a acontecer, Rubens Barbosa seria compensado com o cargo de secretário-geral.

O nome de Rubens Antônio Barbosa para a Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda causou certa surpresa no Itamaraty, já que o embaixador tinha sido nomeado pelo presidente Sarney, há pouco mais de um mês, para chefiar a delegação do Brasil junto à Comissão de Desarmamento da ONU.

O Japão ainda não tem detalhes sobre o seu plano de ajuda

O Japão em breve alocará fundos ao Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), num total de US\$ 8 bilhões, para serem usados em empréstimos às nações em desenvolvimento endividadas.

Fontes do governo japonês afirmam que os empréstimos fazem parte de uma estratégia de reciclagem do superávit comercial do Japão com o Terceiro Mundo para reduzir divergências comerciais e ajudar a fomentar a economia mundial. Os recursos correspondem a uma parcela do montante global de US\$ 30 bilhões, resultante do acréscimo de US\$ 20 bilhões aos US\$ 10 bilhões do plano de reciclagem de excedentes do ano passado.

As fontes disseram que ainda é preciso elaborar os detalhes do plano, mas que o governo contribuirá com parte dos fundos e que o BAD e o BID fornecerão o restante por meio da emissão de bônus no mercado de capitais de Tóquio durante três anos.

Além dos US\$ 8 bilhões, o Banco de Importação e Exportação (Eximbank) do Japão prometeu aumentar em US\$ 3 bilhões seus empréstimos sem condições a paí-

ses em desenvolvimento. Além disso, o Fundo de Cooperação Econômica no Exterior, pertencente ao governo, e bancos privados japoneses fornecerão US\$ 9 bilhões, ao Terceiro Mundo através de um arranjo de co-financiamento com o BAD e o Banco Mundial.

Enquanto visitava Washington no dia 2 passado, o primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone anunciou que o Japão reciclará parte de seu enorme superávit comercial para os países em desenvolvimento através de organizações internacionais.

As fontes afirmam que Nakasone prometeu aumentar a ajuda durante as conversações com o presidente Ronald Reagan sobre as divergências comerciais. O atrito entre os dois países resultou na imposição, pelos Estados Unidos, de sanções comerciais ao Japão, no valor de US\$ 300 milhões.

O plano do ano passado incluiu a criação de um fundo especial no Banco Mundial para empréstimos a países em desenvolvimento. O fundo deverá totalizar US\$ 2,3 bilhões em três anos. Nakasone manifestou a disposição de ampliar os recursos depois de seu encontro com Reagan na semana passada.

Asahi News Service